

**VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**

**PAINEL**

**Da ciência como produto legítimo à ciência como construção social e  
cognitiva: o caso da investigação etnográfica em CS em Portugal**

**Telmo H. Caria(org.)**

**Rascunho da apresentação do painel**

**Rio de Janeiro, Setembro de 2002**

## **Filiação e posicionamento de um projecto metodológico de investigação etnográfica em Ciências Sociais em Portugal**

### 1- Sobre o produto e a construção

A reflexão pós-moderna sobre a cultura tem associada a si, principalmente desde os anos 80, uma crítica regular e continuada sobre as metodologias de investigação em CS que cultivam a exterioridade metodológica e o distanciamento epistemológico. A separação radical e absoluta entre subjectividade e objectividade, como pressuposto da ciência moderna no modo como, por exemplo, Boaventura Sousa Santos a definiu, é cada vez mais questionada, podendo nós por hipótese colocar a questão de saber se ainda é dominante "entre nós".

Como consequência desta conjuntura intelectual internacional e provavelmente também como resultado da recente afirmação e institucionalização, em Portugal, da Antropologia Social como campo científico autónomo, as metodologias etnográficas têm vindo a ter ampla difusão em Portugal enquanto estratégia de investigação. Nos anos 90 concluiu-se e iniciou-se, em várias disciplinas das Ciências Sociais e sobre contextos de estudo muito diversificados, inúmeros trabalhos que justificaram o projecto de edição de um livro sobre a experiência e a reflexão etnográfica em Ciências Sociais, sendo este painel um prolongamento deste projecto. Tratam-se de trabalhos etnográficos que não só se ficam pela descrição e interpretação de dados textuais, como lhe acrescentam uma reflexão prático-epistemológica sobre as condições sociais, teóricas e biográficas que permitiram a recolha e selecção dos mesmos dados.

A nossa abordagem talvez possa ser designada como uma Etno-sociologia das Ciências Sociais, próxima das abordagens tradicionais da Sociologia da Ciência. De referir, a este propósito os contributos que João Arriscado Nunes tem trazido em Portugal para esta área de investigação, constituindo para nós uma surpresa o facto de na recente colecção de livros sobre a *Globalização*, editada pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, as Ciências Sociais estarem ausentes como objecto de estudo sociológico, contrariamente ao que acontece com as Humanidades e com as Ciências Físico-Naturais, que têm livros próprios, a elas dedicadas.

A escolha do título deste painel, "da ciência como produto legítimo à ciência como construção social e cognitiva", teve como propósito evidenciar o facto de para nós a ciência, e em particular as Ciências Sociais, não serem objectos-produtos exteriores às relações sociais e às subjectividades que constoem este conhecimento (de investigadores e investigados), pois consideramos que, para a sua legitimação social e validação metodológica, não basta sermos reconhecidos institucionalmente pelos nossos pares, os cientistas sociais, como um tendo um "bom produto". É necessário que a recusa do normativismo metodológico, tão presente na tradição das metodologias qualitativas de investigação e em particular na etnografia, nos conduza à assunção de uma responsabilidade acrescida para nos interrogarmos e questionarmos sobre o modo como fazemos ciência, e portanto a não abdicar da possibilidade de objectivar e racionalizar as condições intersubjectivas de construção do conhecimento científico sobre o social.

## 2- Filiação numa tradição de reflexão epistemológica

Pretendo com esta introdução ao painel e às reflexões que de seguida serão apresentados, enfatizar o modo particular como temos interpretado e desenvolvido o método etnográfico de investigação, isto é, como nos posicionamos nos debates que têm atravessado a etnografia como metodologia de investigação. Mais, concretamente interrogo-me sobre o hipotético impacto da reflexão epistemológica existente em Ciências Sociais, em Portugal, nos anos 70 e 80, sobre o modo como praticamos e reflectimos sobre o trabalho etnográfico. Refiro-me às contribuições principalmente protagonizadas por Sedas Nunes, José Madureira Pinto e Boaventura Sousa Santos, todos eles filiados no racionalismo epistemológico de Gaston Bachelard, recontextualizado para as Ciências Sociais através do *Métier de Sociologue* de Bourdieu, Passeron e Chamboredon.

Esta corrente racionalista de reflexão epistemológica desenvolve-se, em Portugal, primeiro, nos anos 70, com Sedas Nunes, João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto, em torno de uma crítica ao positivismo metodológico e ao neutralismo observacional. Neste quadro, postulava-se: (1) o papel central da teoria social no comando das operações empírico-metodológicas de investigação, desenvolvendo-se a ideia de que a realidade não tinha um sentido e uma explicação em si mesma, dado depender do modo e do conteúdo das perguntas que lhe eram dirigidas pela teoria; (2) a

teoria social seria também uma construção ideológico-filosófica, determinada simultaneamente e conjunturalmente por condições internas de autonomia relativa dos campos científicos e por condições externas de natureza sócio-históricas relativas ao todo social, podendo em muitos casos funcionar como construções crítico-culturais, desmistificadoras das ideologias oficiais e dominantes.

Fruto deste "background" a etnografia para nós nunca foi pensada nas suas versões naturalistas, holistas e indutivistas. Para nós, toda a crítica ao positivismo metodológico centra-se nos critérios de objectividade que este elege, pois ao padronizar e tecnicizar os processos de recolha de dados pressupõe-se uma neutralidade metodológica que esquece a não passividade do objecto face às condições sociais de investigação em que é inquirido e observado.

Uma importante manifestação daquilo que poderíamos designar como uma etnografia positivista, muitas vezes próxima de teorias funcionalistas, está muitas vezes presente em alguns manuais sobre metodologias qualitativas de investigação, quando se exprime a ideia de que seria desejável, apesar de tudo e de uma forma sempre limitada, que o investigador cultivasse uma ética de não influência sobre os seus interlocutores investigados. Ou no mínimo alimenta-se a ideia de que seria possível ter algum controlo sobre alguns aspectos no nosso comportamento de investigadores para preservar alguns aspectos do real afastados da nossa influência.

Em consequência e em coerência com a crítica ao positivismo metodológico atrás referido, José Madureira Pinto, na primeira metade dos anos 80, vai propôr um racionalismo epistemológico alargado, como resposta à crítica de teoricismo de que era alvo. Formula a ideia de que a investigação científica em CS desenvolve-se no quadro de uma relação social que carece de ser explicada, também ela com a teoria social. Afirma que, ao lado da teoria principal que permite colocar hipóteses predominantemente dedutivas de explicação e compreensão da realidade práctico-cultural estudada, existe a necessidade de desenvolver uma teoria auxiliar que explique as limitações, os constrangimentos e as potencialidades dos actos sociais que permitem recolher dados e compreender as incertezas decorrentes do vai-vém entre teoria e a prática, enquanto processo social de investigação. Implicitamente, Madureira-Pinto acaba por centrar toda a análise metodológica no investigador e nas RS em que este está envolvido. Assim, os

instrumentos técnicos e as técnicas de recolha de dados passam a ser visto na dependência das RS de investigação e não o inverso como tende a ser tradicional nas abordagens metodológicas positivistas que separam completamente sujeito e objecto da investigação.

É há luz desta orientação que para nós sempre se constitui como "óbvio" que no processo investigação, e mais em particular na etnografia, o investigador se constitua como o instrumento central de recolha de dados textuais e sempre vimos tal facto como compatível com a possibilidade de objectivar e explicar as condições sociais de construção do conhecimento científico, sem cair excessivamente no subjectivismo intimista e na hiper-exposição do "self" do investigador. Por outro lado, a ideia que passa a fundar a possibilidade de objectividade está na possibilidade de ter consciência, à posteriori, sobre a desejável influência que produzimos no real e, portanto, a usar essa mesma consciência para relativizar o conhecimento científico produzido e não para o menorizar face aos modelos de objectividade da ciência moderna positivista.

Neste quadro, entendo que o método etnográfico pode ser explicado e compreendido a partir de uma linguagem teórico-conceitual (a referida teoria auxiliar) que permita tornar comparáveis e parcialmente generalizáveis as experiências, as subjectividades e as estratégias de investigação. Podendo, portanto, tornar as metodologias etnográficas ensináveis por referência a contextos de experiência comparados, através do desenvolvimento de uma linguagem teórica sobre a prática deste método. Julgamos que este propósito não é novo pois, por exemplo, Bourdieu, em 1972, no seu *Esquisse d'une théorie de la pratique*, já fala de um "discurso de trabalho" e de "notas escritas em andamento" quando formula o projecto de pensar a experiência científica, com contornos biográficos, sem que se caia no objectivismo da padronização de um método ou no subjectivismo da reflexão estética ou terapêutica de viver com o "outro".

Noutros textos temos procurado trabalhar alguns conceitos para objectivar a metodologia. As limitações de tempo não nos permitem agora abordar estes conteúdos.

### *3- Limitações do racionalismo face à etnografia*

Julgamos que será com as contribuições de Boaventura Sousa Santos, já na segunda metade dos anos 80, que as limitações desta tradição racionalista de reflexão

epistemológica serão postas em evidência, podendo-se também daí retirar consequências para o modo como temos vindo a entender a etnografia. Aliás estas limitações e potencialidades são explicitamente referidas por este autor quando não estabelece uma equivalência entre o positivismo e o racionalismo metodológicos e considera que o segundo corresponde ao máximo de consciência crítica possível dentro do paradigma da ciência moderna.

O racionalismo metodológico partilha com o positivismo a aspiração de que a ciência é a única forma de conhecimento verdadeiro. O projecto de uma Ciência Moderna permanece no plano dos propósitos de desocultar as aparências e as ilusões das representações imediatas do social (o senso comum na sua negatividade) e de permitir descobrir o que a consciência dos cidadãos comuns não consegue ver ou entender. A subjectividade que constrói sobre o social, os saberes experienciais e colectivos que concedem capacidade social aos actores sociais e a reflexividade que os associa, são sempre apresentados como menores e parciais, dado os efeitos que sempre teriam de explicação do social a partir de princípios não sociais (formas de explicação individualistas, idealistas, naturalistas e etnocêntricas). A ruptura com o senso comum, como primeiro acto epistemológico da produção do conhecimento científico formulado pelo racionalismo, é entendida como um corte radical e absoluto de divórcio completo da Ciência em relação à reflexividade dos actores sociais. Esta epistemologia torna evidente o etnocentrismo científico porque postula para a ciência uma superioridade analítica que repousaria sobre uma imparcialidade explicativa (não confundir com neutralidade observacional) de carácter estrutural que permitiria explicar o todo social sem se comprometer com as visões e os interesses particulares e limitados dos intervenientes.

Sendo assim, parece-nos que fica claro que o posicionamento metodológico racionalista não serve os propósitos da etnografia devido a duas razões: (1) porque no quadro racionalista a subjectividade e reflexividade sociais são vistas como resultantes de um efeito de representação das práticas sociais (conceitos de representação social ou de representação da prática social) e não como parte integrante da existência da própria realidade; (2) porque a busca de uma qualquer imparcialidade explicativa é incompatível com as orientações metodológicas da etnografia, dado que ao visar-se compreender o social a partir da cultura do quotidiano do(s) grupo(s) social(ais) em estudo, isso leva a um compromisso analítico com uma visão particular do mundo que nada tem de

imparcial; (3) porque no quadro racionalista o modelo de objectividade que se procura supõe, ainda, uma grande separação entre sujeito e objecto (investiga-se sobre ...), enquanto que na etnografia “investiga-se com ...” e procura-se um modelo de objectividade que opera pela comparação e relativização de subjectividades etnocêntricas, na busca de relações de estranhamento/familiaridade.

No entanto, se quisermos permanecer fiéis à herança racionalista de procurar objectivar e racionalizar as condições sociais, institucionais e biográficas de construção do conhecimento científico, por via da teoria, teremos que lidar com várias qualidades e níveis de subjectividades e culturas do quotidiano, a saber:

- 1- a subjectividade local que constrói o social e a relação intercultural, decorrente do trabalho de tradução e de teorização da cultura autóctone pela cultura científica, trabalho que é o tradicional objecto da etnografia;
- 2- a subjectividade mútua e a relação multicultural presentes na interacção no campo, ao longo do trabalho de observação participante, que sendo transformadas em narrativas experienciais podem ser objecto de um trabalho de teorização interpretativa nas dimensões de informalização de papéis e estatutos social e de desigualdades de poder simbólico e cultural, que elucide a influência da presença do investigador na cultura estudada;
- 3- a subjectividade e a cultura do quotidiano do investigador, enquanto cidadão mais ou menos comprometido com uma visão ideológico-filosófica do mundo, que se transformada numa reflexão biográfica sobre a sua identidade social podem ser objecto de um trabalho teórico e sócio-cognitivo que dê conta das motivações implícitas à problematização teórica e à formulação das hipóteses e a implicação do investigador com o do objecto de estudo escolhido;
- 4- a subjectividade e a cultura do quotidiano do investigador, enquanto cientista, partilhando em grau maior ou menor uma determinada cultura disciplinar das CS, que se transportada para os debates epistemológicos existentes, podem fundamentar um trabalho metodológico e sócio-cognitivo sobre a identidade e cultura profissional dos cientistas sociais, permitindo explicitar a epistemologia prática que serve a formação dos novos investigadores.

Este curto texto, em que procurámos situar a contribuição da nossa formação epistémico-metodológica para o modo como pensamos a etnografia, parece-nos ser um bom exemplo daquilo que se pode desenvolver para explicitar e questionar a identidade e cultura dos cientistas sociais num determinado espaço social. Esperamos que as comunicações que se seguem sejam outros bons exemplos de relatos de experiências de campo que permitam desenvolver teorias auxiliares da investigação que sirvam a objectivação das condições sociais de construção do conhecimento em CS.